

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF

**Elaboração de Estudos Ambientais visando atender as Condições
estabelecidas na Licença Prévia nº 13/2006 do Projeto Hidroagrícola
Jequitáí**

RELATÓRIO TÉCNICO 16

PROGRAMA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

CONSÓRCIO ENGECORPS ♦ FLORAM

929-CDF-PMA-RT-P021

Agosto / 2010

ÍNDICE

PÁG.

1.	JUSTIFICATIVA.....	- 3 -
2.	OBJETIVOS.....	- 4 -
3.	AÇÕES, ATIVIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	- 4 -
4.	RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	- 12 -
5.	CUSTOS.....	- 13 -
6.	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	- 14 -
7.	CRONOGRAMA FÍSICO.....	- 15 -
8.	MINUTAS DE CONVÊNIOS.....	- 15 -
9.	RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	- 15 -
10.	BIBLIOGRAFIA	- 15 -

1. *JUSTIFICATIVA*

A construção de um empreendimento de grande porte pode ocasionar a ruptura do equilíbrio das condições de saúde na sua região de inserção. Esta ruptura pode resultar em modificações na distribuição e nos tipos de doenças presentes em determinada área, além do aumento da demanda por serviços públicos locais.

As alterações ocorridas podem ser consequência de dois fatores distintos, decorrentes diretamente das atividades de implantação do empreendimento e, de forma indireta, das modificações do ambiente. No primeiro caso, o principal fator é a inserção de um contingente de mão-de-obra na região, acrescido das possibilidades de acidentes de trabalho inerentes às obras de infra-estrutura. No segundo, o desmatamento nas áreas de limpeza da bacia de acumulação e a mudança do regime hídrico, de ambiente lótico para lântico, são fatores que podem provocar novas demandas de saúde.

Tal situação pode constituir fator de risco para a saúde do indivíduo e da coletividade. Em relação à saúde dos indivíduos verifica-se, principalmente, a possibilidade de ocorrência de casos relacionados aos acidentes de trabalho. Em relação à saúde da coletividade, a principal preocupação é o aumento das doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, fato comum neste tipo de empreendimento, em decorrência do contato entre a população local e a mão-de-obra empregada. Também deve-se levar em consideração que, em Montes Claros, segundo Datasus (2008), foram registrados, em dezembro de 2007, 5 casos de internação por leishmaniose e 13 por tripanossomíase (doença de Chagas).

Assim, são necessárias diversas ações diretas e indiretas para prevenção aos riscos de alterações das condições de saúde do indivíduo e da coletividade, por exemplo, por meio de ampliação da cobertura vacinal da mão-de-obra, de controle epidemiológico e da prevenção de acidentes de trabalho.

Entende-se por ações diretas, o atendimento aos casos diagnosticados e a realização de campanhas de vacinação. As ações indiretas são as relacionadas às atividades educativas, ao tratamento das informações epidemiológicas do local e à criação de uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes de trabalho, o que, em geral, já é previsto pelas empresas construtoras.

Portanto, este Programa atende a necessidade de articulação e integração das ações de saúde a serem desenvolvidas com a comunidade do entorno e os trabalhadores da obra, estando dirigido, no momento, à implantação do A.M. Jequitai I, primeira obra a ser executada. A integração e a articulação entre estas ações de saúde por um Programa de Saúde e Meio Ambiente como o proposto, potencializará as ações e atividades individuais, uma vez que ampliará a possibilidade de participação do poder público e de outras instituições com atuação voltada à área de saúde.

2. OBJETIVOS

Como objetivo geral, o Programa de Saúde e Meio Ambiente visa definir as ações de saúde a serem implementadas, de forma a minimizar ou neutralizar os impactos negativos oriundos do empreendimento sobre o quadro de saúde da região, bem como definir a infra-estrutura de serviços de saúde que será responsável pela atenção médica aos trabalhadores da obra.

Como objetivos específicos, o Programa de Saúde visa:

- ✓ Realização de atividades educativas (relacionadas a autoproteção, a acidentes ou a doenças sexualmente transmissíveis) junto aos trabalhadores da obra e a grupos de risco das comunidades do entorno;
- ✓ Realização de diagnósticos sobre o quadro de saúde do pessoal alocado nas obras;
- ✓ Estruturação de um ambulatório de saúde e de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA no canteiro de obras, segundo as orientações da legislação vigente;
- ✓ Viabilização de 100% de cobertura vacinal contra doenças endêmicas da região à mão-de-obra contratada;
- ✓ Estruturação de um modelo de coleta e processamento de informações epidemiológicas em nível local;
- ✓ Desenvolvimento, no âmbito do empreendimento, de ações de prevenção da introdução e do recrudescimento de endemias na região;
- ✓ Implementação de ações de apoio às unidades de saúde que venham a receber maior demanda da obra;
- ✓ Monitoramento e controle sistemático de situações ambientais de risco para a saúde.

3. AÇÕES, ATIVIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Está prevista a implementação das ações a seguir descritas.

✓ *Montagem da equipe de trabalho*

Nesta atividade realizar-se-á a contratação de pessoal qualificado para conduzir os trabalhos rotineiros e as campanhas de vacinação, bem como administrativo, para atuar em serviços relativos à área de saúde e implantar o sistema de processamento de informações epidemiológicas.

A estruturação e execução deste Programa, embora de responsabilidade do empreendedor, poderá ser executada parcialmente por empresa de saúde ocupacional contratada para

atividades específicas, como a implantação de um ambulatório médico, a realização de campanha de vacinação junto aos trabalhadores da obra e a montagem do banco de dados das informações coletadas.

Diante da opção de se contratar ou não uma empresa de saúde ocupacional para auxiliar o desenvolvimento do Programa, emergem duas perspectivas para realização desta atividade. Porém, independentemente da alternativa a ser adotada, o Programa deverá ser coordenado por um representante do empreendedor.

Esse representante promoverá a articulação dos demais membros que atuarão no Programa, sejam os funcionários contratados especificamente para este Programa, sejam funcionários e colaboradores contratados para outras atividades na obra e outros Programas ambientais, como por exemplo, um técnico em Segurança do Trabalho.

Caso o empreendedor opte por estruturar toda a equipe dentro do seu quadro de funcionários, deverá ser providenciada a contratação de um médico com experiência em saúde ocupacional e/ou clínica geral, um auxiliar de enfermagem para atuação em tempo integral e um atendente, com formação de nível médio para atuação em tempo integral. Caberá ao atendente a inserção de informações no banco de dados, sobre os atendimentos realizados no ambulatório.

Considerando-se a contratação de uma empresa especializada em saúde ocupacional, deve ser elaborado um termo de referência para a contratação dos serviços. A partir da contratação da empresa prestadora de serviços, deve-se proceder à articulação interna do Programa e à integração aos demais Programas ambientais em desenvolvimento.

✓ ***Articulação institucional***

O empreendedor, como responsável pela execução do Programa, deverá articular-se com as instituições de saúde de Montes Claros e Jequitaiá, para firmar parcerias que viabilizem a realização das atividades previstas, através do atendimento dos casos que não puderem ser resolvidos no ambulatório da obra e do repasse dos registros de doenças à Secretaria Municipal de Saúde de Jequitaiá.

A ação inicial prevista é o levantamento das entidades com as quais poderão ser firmadas as parcerias. Neste sentido, inicialmente destacam-se as seguintes instituições:

- ✓ Hospital Aroldo Tourinho: o empreendedor deverá ajustar minuta de convênio com esta instituição mantida pela Fundação Hospitalar de Montes Claros, para possibilitar o atendimento do provável aumento da demanda por serviços de saúde para os trabalhadores durante a implantação do A. M. Jequitaiá I;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Jequitaiá: repasse das informações armazenadas no banco de dados aos órgãos competentes;
- ✓ Funasa - Fundação Nacional de Saúde: apoio através da CIAIM - Coordenação de Imunizações e Auto-Suficiência em Imunobiológicos, do Cenepi - Centro Nacional de

Epidemiologia -, às ações de vacinação da mão-de-obra, por meio de seu Programa Nacional de Imunização – PNI.

Durante o processo de discussão das potenciais parcerias, caberá ao empreendedor apresentar detalhadamente a sua proposta de ação, para que, eventualmente, possam ser feitas alterações, a partir das contribuições recebidas.

✓ ***Implantação de um ambulatório médico no canteiro de obras, de acordo com as normas e com a legislação específica vigente***

O empreendedor deverá instalar um ambulatório médico capaz de atender aos primeiros socorros e, se necessário, de encaminhar o paciente de forma adequada, para a unidade de saúde em Montes Claros, que possui condições para realizar um atendimento mais especializado.

Também caberá ao empreendedor disponibilizar uma ambulância para remoção de pacientes atendidos no ambulatório da obra, até a unidade de atendimento mais próxima. Para tanto, deverá ser atendida a legislação vigente relacionada ao tema, sobretudo a NR-4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (104.000-6), do Ministério do Trabalho.

Caso seja contratada uma empresa de saúde ocupacional para auxiliar no desenvolvimento do Programa, esta será a responsável pela instalação e manutenção do ambulatório médico da obra.

Para proceder a implantação do ambulatório propriamente dita, a primeira etapa é, com o auxílio da equipe de trabalho montada para a execução do projeto, a realização de um levantamento da infra-estrutura, dos equipamentos e dos materiais necessários para a instalação do ambulatório. Deve-se prever, neste caso, a obtenção de soro antiofídico, para os casos de acidentes ofídicos que acontecerem na área do empreendimento e no seu entorno imediato.

Após este levantamento, deverá ser dado início ao processo de compra destes materiais e equipamentos, caso a empresa contratada não seja responsável pelo suprimento do ambulatório. Paralelamente a esta ação, os responsáveis deverão verificar o local onde o ambulatório será instalado e a necessidade de reformas/adequação deste local. Caso seja constatada a necessidade de execução de obras, elas deverão ser iniciadas o mais breve possível, considerando-se os procedimentos padronizados a serem adotados para execução de obras civis.

✓ ***Montagem do banco de dados para coleta e processamento de informações epidemiológicas, obtidas por meio do ambulatório local***

O empreendedor deverá formular um banco de dados dos casos atendidos no ambulatório médico da obra. Esta ação terá os seguintes objetivos:

- ✓ acompanhar a demanda por saúde dos trabalhadores na obra: verificar se há um aumento na procura por serviços médicos, por parte dos funcionários. Caso seja constatado um aumento individual ou coletivo, deve-se realizar um diagnóstico da situação para a adoção das medidas de profilaxia e controle de epidemias;
- ✓ registrar casos de atendimento da população do entorno: partindo-se do registro dos atendimentos realizados, deve-se verificar se há relação entre os registros de atendimentos dos funcionários e os da população do entorno, para que se possa diagnosticar a relação entre eles.

O banco de dados constituído deve ser disponibilizado aos órgãos públicos competentes (definidos a partir da articulação institucional), para que os mesmos possam identificar situações de risco e relacioná-las aos demais dados da região.

Sua estruturação é relativamente simples e envolve o estabelecimento de rotinas de alimentação do banco e o treinamento do seu operador. Quanto ao estabelecimento de rotinas de alimentação do banco de dados, as mesmas deverão ser estabelecidas conjuntamente pela equipe responsável pelo projeto. Também será necessário o estabelecimento de rotinas para transferência dos dados à Secretaria Municipal de Saúde de Jequiitá e a elaboração de relatórios de acompanhamento da movimentação do ambulatório.

✓ ***Articulação com a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes***

A CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - é a organização de um grupo de funcionários de uma empresa, eleitos pelos demais funcionários ou indicados pelo empregador, a quem cabe orientar e fiscalizar o cumprimento das regras e normas de segurança do trabalho. Sua constituição é obrigatória para empresas com mais de 20 funcionários. É importante ressaltar que a constituição da CIPA, no caso desse empreendimento, será de responsabilidade do empreendedor e da empreiteira, sob acompanhamento do Plano de Ação Ambiental.

Portanto, caberá ao empreendedor e à empreiteira, seguindo as instruções e orientações do técnico em segurança do trabalho da obra, organizar a eleição entre os funcionários e apresentar seus representantes na comissão. Deve-se observar que para cada “cipeiro” titular (representante eleito ou indicado pelo empregador), deverá haver um suplente.

Os documentos relativos à constituição da CIPA, bem como das eleições, devem ser encaminhados ao Ministério do Trabalho para registro e mantidos à disposição da fiscalização por 5 anos. Os cipeiros (titulares e suplentes) eleitos pelos demais funcionários gozam de estabilidade no emprego até um ano após o término da gestão.

Os cipeiros deverão se reunir ordinariamente, no mínimo uma vez por mês e, extraordinariamente, quando ocorrer algum acidente grave ou se detectar risco iminente de acidentes envolvendo os trabalhadores. Neste sentido, deverá ser articulada a integração entre a CIPA e o Programa de Saúde e Meio Ambiente, uma vez que em todos os casos de acidentes

de trabalho, antes do encaminhamento à unidade pública de atendimento, o médico do empreendimento deverá realizar uma perícia.

Caberá, ainda, a articulação para realização das campanhas educativas junto aos trabalhadores, nas quais os cipeiros poderão contribuir na organização e treinamento dos membros da CIPA, que será executado, ao menos em parte, pelos responsáveis pelo Programa. Cabe lembrar que estes funcionários (cipeiros) têm que participar anualmente de um treinamento sobre Segurança do Trabalho, com carga horária de 20 horas, cujo conteúdo é: Noções de Segurança do Trabalho, Noções de Legislação e Noções sobre DST/AIDS, Leishmaniose Tegumentar, Doença de Chagas e Esquistossomose.

✓ ***Realização de campanhas de vacinação junto à mão-de-obra contratada para a construção do empreendimento***

As campanhas de vacinação junto aos trabalhadores do empreendimento deverão ser organizadas pelos responsáveis por este Programa. Para viabilizar a campanha de vacinação, deverá ser promovida a articulação do Programa com o Plano Nacional de Imunização, sob responsabilidade da Coordenação de Imunizações e Auto-Suficiência em Imunobiológicos - CIAIM do Centro Nacional de Epidemiologia - Cenepi, pertencente à Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

As ações de articulação do Programa de Saúde e Meio Ambiente com os responsáveis pelo Plano Nacional de Imunização serão realizadas conforme atividade descrita anteriormente.

Nesta atividade, cabe a definição de um cronograma das campanhas de vacinação e a organização das campanhas. O cronograma das campanhas de vacinação deverá ser estabelecido conforme o cronograma de contratação da mão-de-obra, uma vez que os funcionários não serão os mesmos ao longo da obra e que o fluxo de contratação de funcionários não é contínuo. Quanto à organização das campanhas, os responsáveis deverão programar o transporte das vacinas até o ambulatório, seu armazenamento adequado e sua aplicação nos funcionários, seguindo as disponibilidades de horário dos trabalhadores das diferentes funções.

✓ ***Realização de campanhas educativas junto à mão-de-obra contratada para a construção do empreendimento***

Durante a execução da obra, haverá funcionários com distintos níveis de escolaridade, que necessitam de informações diferenciadas, seja pelas características do trabalho executado, seja por viverem cotidianos distintos. Assim, faz-se necessário realizar duas campanhas educativas diferenciadas quanto aos seus conteúdos: uma campanha direcionada aos trabalhadores de menor qualificação e outra aos trabalhadores de nível médio e superior.

A seguir, apresentam-se os conteúdos e materiais a serem utilizados em cada uma das campanhas:

Operários

Conteúdo:

- ✓ Apresentar os conceitos básicos sobre o que são doenças sexualmente transmissíveis, discutindo a possibilidade de ocorrência de práticas de riscos durante a própria implantação do empreendimento e apresentando as possibilidades de malefícios à saúde;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre drogas (álcool, alucinógenos, anfetaminas, calmantes, fumo, inalantes e opióides), os mecanismos de dependência, os sintomas da dependência do usuário de drogas, os riscos decorrentes do seu uso contínuo e os efeitos do uso de drogas durante a gravidez;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre leishmaniose tegumentar, doença de Chagas e esquistossomose, discutindo suas possibilidades de ocorrência, seus malefícios à saúde e as formas de evitá-las;
- ✓ Esclarecer sobre a importância de hábitos de higiene e de cuidados pessoais, citando exemplos de agravos à saúde quando tais medidas não são realizadas;
- ✓ Apresentação de práticas adequadas de disposição de lixo, materiais recicláveis, entulho, óleos e outros subprodutos e dos benefícios à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes dessas práticas;
- ✓ Orientar sobre a necessidade de utilização de EPI – Equipamentos de Proteção Individual, para a prevenção de acidentes de trabalho;
- ✓ Apresentar os cuidados necessários na manipulação de materiais e equipamentos.

Atividades:

- ✓ Palestras;
- ✓ Campanhas de conscientização e incentivo às práticas de prevenção em saúde e segurança.

Trabalhadores de Nível Médio e Superior

Conteúdo:

- ✓ Orientar sobre a necessidade de utilização de EPI – Equipamentos de Proteção Individual, para a prevenção de acidentes de trabalho;
- ✓ Apresentar os cuidados necessários na manipulação de materiais e equipamentos;
- ✓ Promoção do conhecimento técnico dos problemas decorrentes de práticas de risco e a necessidade de ações de prevenção em saúde, inclusive, apresentando técnicas de repasse das informações aos outros trabalhadores;

- ✓ Apresentar os conceitos médicos sobre doenças sexualmente transmissíveis, discutindo a possibilidade de ocorrência de práticas de riscos durante a implantação do empreendimento e apresentando as possibilidades de malefícios à saúde;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre drogas (álcool, alucinógenos, anfetaminas, calmantes, fumo, inalantes e opióides), os mecanismos de dependência, os sintomas da dependência do usuário de drogas, os riscos decorrentes do seu uso contínuo e os efeitos do uso de drogas durante a gravidez;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre leishmaniose tegumentar, doença de Chagas e esquistossomose, discutindo suas possibilidades de ocorrência, seus malefícios à saúde e as formas de evitá-las;
- ✓ Apresentar os demais Programas Ambientais e as medidas de controle sanitário, como práticas voltadas à melhoria da qualidade de vida dos empregados e da comunidade próxima ao empreendimento;
- ✓ Discutir novas possibilidades e ganhos de eficiência e de produtividade, além do compromisso social e ético profissional, das questões ligadas ao meio ambiente e à saúde do trabalhador e da comunidade do entorno do empreendimento.

Atividades:

- ✓ Produção e distribuição de folders;
- ✓ Vídeos educativos;
- ✓ Palestras e reuniões técnicas;
- ✓ Campanhas de conscientização e incentivo às práticas de prevenção em saúde e segurança.

Além de uma revisão/adequação das propostas de conteúdos apresentadas acima, quando da implantação do Programa, a equipe deverá, também, organizar as campanhas (preparar o material de divulgação, definir cronograma, entre outros) e realizar as palestras e demais atividades das campanhas educativas junto aos funcionários do empreendimento.

- ✓ ***Distribuição de preservativos para os funcionários das empresas construtoras, enquanto o canteiro de obras estiver funcionando***

Constatou-se no EIA – Estudo de Impacto Ambiental – do empreendimento, como para qualquer outro similar, o aumento do risco de doenças sexualmente transmissíveis, em razão do contato de trabalhadores inseridos na área do empreendimento com a população local. Diante disto, verifica-se a necessidade de uma ação de prevenção a estas doenças, em parceria com o Ministério da Saúde, baseada na distribuição de preservativos para os funcionários das empresas construtoras, enquanto o canteiro de obras estiver funcionando. Os preservativos serão estocados no ambulatório médico e a distribuição aos trabalhadores da obra será efetuada, através de campanhas de esclarecimento e de acordo com suas solicitações.

✓ ***Realização de vistorias no canteiro de obras, para controle sistemático de situações ambientais de risco para a saúde***

Para execução desta ação, será necessário recorrer a outros Programas apresentados nos Planos de Controle Ambiental do Plano de Ação Ambiental do Aproveitamento Múltiplo Jequitáí I: Programa Ambiental para Construção, Programa de Educação Socioambiental (Sub-Programa de Educação Ambiental no Canteiro de Obras), Programa sobre Conservação da Fauna, Programa sobre Supressão da Vegetação e Limpeza das Áreas dos Reservatórios e Áreas de Obras. Estes Programas já prevêem a realização dessas atividades, de forma a garantir o uso dos equipamentos (EPIs), a aplicação de métodos adequados de disposição dos resíduos sólidos, a adoção de métodos de prevenção de acidentes de trabalho e os procedimentos necessários para se evitar outras situações de risco aos trabalhadores, como por exemplo, o ataque de animais peçonhentos e a contaminação do solo e da água por formas diversas.

Desta forma, nesta ação do Programa de Saúde e Meio Ambiente, cabe a verificação da adoção das práticas propostas nos demais Programas Ambientais e, quando necessário, a sugestão de práticas mais adequadas. Os esforços devem se concentrar na manutenção das condições higiênicas dos canteiros e demais infra-estruturas e, também, na localização e controle de criadouros de vetores de doenças, como medida preventiva à incidência de doenças como a esquistossomose e a doença de Chagas.

✓ ***Articulação com o Programa de Comunicação Socioambiental***

Serão realizadas atividades educativas junto às populações dos municípios pertencentes à AID do A. M. Jequitáí I (Jequitaí, Claro dos Poções, Francisco Dumont e Engenheiro Navarro), em articulação com o Programa de Comunicação Socioambiental. Estas ações têm como objetivo reduzir a possibilidade de ocorrência de impactos sobre a saúde pública em decorrência da implantação do empreendimento e maximizar os resultados das demais ações deste Programa.

A seguir, é apresentada a proposta de conteúdo das campanhas educativas relacionadas à saúde, que serão realizadas junto às populações das localidades citadas:

Conteúdo:

- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre o que são doenças sexualmente transmissíveis, discutindo a possibilidade de ocorrência de práticas de riscos durante a própria implantação do empreendimento e apresentando as possibilidades de malefícios à saúde;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre drogas (álcool, alucinógenos, anfetaminas, calmantes, fumo, inalantes e opióides), os mecanismos de dependência, os sintomas da dependência do usuário de drogas, os riscos decorrentes do seu uso contínuo e os efeitos do uso de drogas durante a gravidez;
- ✓ Apresentar conceitos básicos sobre leishmaniose tegumentar, doença de chagas e esquistossomose, discutindo suas possibilidades de ocorrência, seus malefícios à saúde e as formas de evitá-las;

- ✓ Esclarecer sobre a importância de hábitos de higiene e de cuidados pessoais, citando exemplos de agravos à saúde quando tais medidas não são realizadas;
- ✓ Apresentação de práticas adequadas de disposição de lixo, materiais recicláveis e entulho e dos benefícios à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes dessas práticas;

Atividades:

- ✓ Palestras;
- ✓ Campanhas de conscientização e incentivo às práticas de prevenção em saúde e danos ao meio ambiente.

Assim como nas campanhas a serem realizadas com os funcionários da obra, caberá aos responsáveis por este Programa a revisão/adequação das propostas de conteúdos apresentadas acima e a organização e realização das campanhas (incluindo preparação do material de divulgação e a definição de cronograma).

A articulação com o Programa de Comunicação Socioambiental também poderá resultar em participação dos responsáveis em eventos desenvolvidos por outras instituições, onde este Programa promoveria a participação da equipe responsável pelo Programa de Saúde e Meio Ambiente em atividades que divulgassem o Programa e as medidas por ele adotadas. O conteúdo das atividades deve ser estruturado de forma particularizada para cada evento em que a atividade for realizada.

4. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para a execução do Programa de Saúde será necessário contar com a seguinte equipe:

- ✓ 01 médico clínico geral, com experiência em saúde ocupacional, em tempo parcial;
- ✓ 01 coordenador de nível superior, com experiência em projetos ambientais e relação com comunidades, em tempo parcial.

Para a manutenção do ambulatório, será necessário, além do médico clínico geral, com experiência em saúde ocupacional, em tempo parcial, citado acima, manter uma equipe composta por:

- ✓ 01 auxiliar de enfermagem, em tempo integral.
- ✓ 01 atendente (nível médio), em tempo integral para atendimento e apoio no ambulatório.
- ✓ 01 motorista de ambulância, com experiência, para atuação em tempo integral.

Além da equipe responsável pela operação do ambulatório, há ainda um técnico em segurança do trabalho, vinculado à obra e com atuação integrada com este Programa.

Para a execução das atividades específicas do Programa serão necessários:

- ✓ infra-estrutura física do ambulatório (três salas – consultório, recepção e sala de espera – e um banheiro);
- ✓ equipamentos (uma maca, um aparelho de pressão analógico, um inalador compressor, um estetoscópio, termômetros, uma balança antropométrica, jogo de tipóias e instrumental básico para curativos e materiais de consumo, como seringas descartáveis, gases, esparadrapo, faixas, soros antiofídicos bivalentes e medicamentos);
- ✓ 01 ambulância para a remoção de pacientes;
- ✓ estoque de preservativos;
- ✓ estoque de vacinas, em épocas de vacinação.

Os insumos gerais necessários para a execução do Programa são:

- ✓ materiais de escritório, a serem utilizados na elaboração de relatórios (tinta de impressora, papel, caneta, entre outros);
- ✓ 01 microcomputador, com softwares de editoração de textos e elaboração de planilhas;
- ✓ 01 impressora;
- ✓ 01 máquina fotográfica digital.

Os materiais de divulgação utilizados nas ações do Programa de Saúde serão:

- ✓ folhetos;
- ✓ vídeos;
- ✓ cartazes.

Esses materiais deverão ser desenvolvidos conjuntamente com os responsáveis pelo Programa de Comunicação Socioambiental, cuja elaboração poderá contar com a colaboração de especialistas na área de editoração gráfica.

5. CUSTOS

A maioria dos programas ambientais associados ao Plano de Ação Ambiental do empreendimento caracteriza-se pela necessidade de interação e sinergia dentro do seu conjunto, em grupos menores ou maiores de programas, dadas as condições de simultaneidade e interdisciplinaridade presentes. O Programa de Saúde enquadra-se nessa situação e deverá interagir com todos os demais Programas Ambientais citados anteriormente. Assim sendo, seus recursos humanos e materiais deverão ser dimensionados e otimizados dentro dessa premissa –

da interação e da sinergia –, para que suportem a máxima performance sem incorrer em excessos ou carências.

Os custos relativos à montagem (infra-estrutura física, equipamentos e ambulância) e manutenção do ambulatório a ser instalado no canteiro de obras, incluindo a equipe técnica, já estão previstos nos custos totais da obra, portanto, não serão considerados na estimativa dos custos do Programa de Saúde e Meio Ambiente.

Os custos com impressão de material de divulgação também não constam nesta estimativa, pois, os mesmos foram incorporados ao Programa de Comunicação Socioambiental.

Os custos dos profissionais foram estimados a partir de pesquisas realizadas nos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem e Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Os custos com materiais e equipamentos de escritório e insumos de saúde foram avaliados de acordo com pesquisas de mercado.

O custo de implantação deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.

6. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

✓ *Elaboração de relatórios de monitoramento*

A avaliação do Programa de Saúde e Meio Ambiente será realizada periodicamente, por meio da elaboração de relatórios semestrais de monitoramento. Ao final do Programa, deverá ser elaborado um Relatório Final, apresentando o descritivo das ações realizadas e a avaliação dos resultados obtidos.

Os relatórios devem conter o descritivo das ações realizadas ao longo do período concluído e um parecer do médico responsável pelo ambulatório, acerca da evolução dos atendimentos realizados pelo ambulatório, durante aquele período e sobre a eficácia das ações realizadas pelo Programa.

No primeiro relatório, deverá ser descrito o projeto do ambulatório, na ocasião já implantado no canteiro de obras. Além da planta do ambulatório, devem constar do projeto os equipamentos existentes, os principais insumos a serem utilizados, a descrição da qualificação da equipe responsável pelo funcionamento do ambulatório, o histórico de atendimentos prestados e um inventário fotográfico das obras de implantação do ambulatório e/ou da edificação implantada. Os relatórios deverão apresentar, ainda, uma avaliação qualitativa e, quando possível, quantitativa, das atividades realizadas pelo Programa.

Estes relatórios subsidiarão a análise das intervenções realizadas pelo Programa, nortearão a tomada de decisões relativas ao Programa e, caso necessário, a proposição de alterações, auxiliarão outros Programas ambientais pertencentes ao Plano de Ação Ambiental do

Aproveitamento Múltiplo Jequitai I e auxiliarão a avaliação do mesmo pelo(s) órgão(s) responsável (is) por sua fiscalização.

7. CRONOGRAMA FÍSICO

O cronograma físico de atividades deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO I.

8. MINUTAS DE CONVÊNIOS

Conforme apontado anteriormente, faz parte do Programa a articulação institucional da CODEVASF com as seguintes instituições: Hospital Aroldo Tourinho / Fundação Hospitalar de Montes Claros, Secretaria Municipal de Saúde de Jequitai e Funasa - Fundação Nacional de Saúde / Cenepi - Centro Nacional de Epidemiologia / CIAIM - Coordenação de Imunizações e Auto-Suficiência em Imunobiológicos.

Sendo assim, caberá à equipe responsável por este Programa, após sua aprovação pela SUPRAM – Montes Claros, iniciar as conversações buscando a assinatura de convênios com tais instituições, visando ao cumprimento das atividades/responsabilidades descritas anteriormente.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A implantação deste Programa será de responsabilidade do empreendedor que, no entanto, poderá contar, para sua execução, com o apoio de instituições públicas envolvidas.

Caberá ainda ao empreendedor, fiscalizar as ações das empresas construtoras e firmar os convênios e parcerias necessários com a Fundação Hospitalar de Montes Claros, a Prefeitura Municipal de Jequitai e com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

A responsabilidade técnica das ações no ambulatório será do médico responsável.

10. BIBLIOGRAFIA

CMT – Centro de Medicina do Trabalho. Disponível em www.cmtmed.com.br. Acesso em 10 jun 2008.

DATASUS - Departamento de Informática do SUS. Seção informações de saúde. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php/>. Acesso em 04 jun 2008.

ENGEORPS - Corpo de Engenheiros Consultores Ltda. Estudos de Impacto Ambiental Aproveitamento Hidroagrícola do Jequitai. São Paulo. 2005.

GAPA-BR-SP – Grupo de Apoio e Prevenção a Aids. Disponível em: www.gapabrsp.org.br
Acesso em 12 jun 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: www.mte.gov.br Acesso em 12 jun 2008.

PROLAVORE MEDICINA EMPRESARIAL. Disponível em: www.prolavore.com.br Acesso em 12 jun 2008.